

A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky e a Revolução Russa

Felipe Demier*

Resumo: O objetivo deste artigo é expor o processo de elaboração por Trotsky de seu conhecido conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*, cujo principal lastro histórico foi o processo revolucionário russo. Mais precisamente, as chamadas “três revoluções russas” (1905; Fevereiro de 1917 e Outubro de 1917), assim como os debates referentes a elas no interior do movimento operário de cariz marxista, se constituíram no principal terreno concreto a partir do qual Trotsky construiu uma arguta perspectiva de interpretação histórica, cujo maior mérito teórico talvez seja o de afirmar a existência de um caráter particular às formações sociais capitalistas de natureza periférica e atrasada. A defesa do revolucionário russo da tese de que os países “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam (e nem mesmo necessitavam) conhecer uma etapa “democrático-burguesa” em sua história tinha como pressuposto teórico a ideia de que, por estarem integrados numa *totalidade* – o sistema capitalista internacional –, esses países de desenvolvimento capitalista ultra-retardatário não poderiam repetir o curso histórico vivido pelas nações pioneiras do capitalismo, onde a revolução burguesa assumiu contornos que ficariam conhecidos como “clássicos”.

Palavras-chave: Trotsky; Revolução Russa; Lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Trotsky's law of uneven and combined development and the Russian Revolution

Abstract: The purpose of this article is to expose Trotsky's concept of uneven and combined development, whose main historical bearing was the Russian revolutionary process. More precisely, the so-called "three Russian revolutions" (1905, February 1917 and October 1917), as well as the debates concerning them within the Marxist labor movement, were the main concrete ground from which Trotsky constructed a keen perspective of historical interpretation, whose theoretical merit perhaps is to affirm the existence of a particular character to capitalist social formations of peripheral and backward nature. The Russian revolutionary's defense of the thesis that "colonial" and "semi-colonial" countries could not (and did not even need) know a "bourgeois-democratic" stage in their history had the theoretical assumption that, because they were integrated into a whole - the international capitalist system - these countries of ultra-lagging capitalist development could not repeat the historical course lived by the pioneering nations of capitalism, where the bourgeois revolution assumed contours that would be known as "classics."

Keywords: Trotsky; Russian Revolution; Uneven and combined development law

* Professor da UERJ.

A Revolução Russa ou, mais precisamente, as “três revoluções russas” (1905, Fevereiro de 1917 e Outubro de 1917) se constituíram no principal terreno concreto a partir do qual León Trotsky construiu uma arguta perspectiva de interpretação histórica, a qual tem no conceito de *desenvolvimento desigual e combinado* sua mais aprimorada ferramenta teórico-analítica. O objetivo deste artigo é, com ênfase no processo revolucionário russo, expor o processo de elaboração desta “lei” de Trotsky, cujo maior mérito teórico talvez seja o de afirmar a existência de um caráter particular às formações sociais capitalistas de natureza periférica e atrasada.

Como é bastante sabido, com a ascensão da fração estalinista no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da Internacional Comunista (IC) em meados da década de 1920, teve lugar o surgimento da teoria do “socialismo em um só país”, por intermédio da qual a burocracia partidária, sob a liderança de Stálin e Bukharin, afirmava a possibilidade de construção de uma sociedade socialista nos marcos de uma só nação (no caso, a União Soviética). Concomitantemente (e diretamente relacionada) a essa ruptura inaudita com o “internacionalismo” de Marx e Engels (que, até a morte de Lênin em 1924, jamais havia sido questionado nos meios bolcheviques), a IC adotou abertamente uma linha “etapista” no que dizia respeito ao caráter da revolução nos países *atrasados*,¹ em sua enorme maioria “coloniais” ou “semicoloniais”.

Reeditando o *evolucionismo vulgar* que predominou na II Internacional – e que, nas duas primeiras décadas do século XX, vertebrou a leitura dos mencheviques sobre o caráter e os sujeitos de uma possível revolução russa –,² a IC passou a negar categoricamente o caráter “socialista” da revolução nos países *atrasados*. Segundo seus teóricos, em razão do incipiente desenvolvimento do capitalismo nesses países – o que se expressaria pela vigência de estruturas sociais pré-capitalistas –, tornava-se necessário nos mesmos a realização de uma revolução (etapa) “democrático-burguesa” que abrisse caminho ao florescimento das forças produtivas capitalistas, o que só então colocaria a possibilidade da realização, em algum dia longínquo, de uma revolução socialista.

¹ Faz-se necessário apontarmos aqui que a própria noção de *atraso* é passível de ser problematizada, pois, de algum modo, pode levar a um entendimento de que há uma espécie de linha histórica evolutiva a ser seguida pelas nações. No presente artigo, utilizamos tal conceito na acepção trotskista do mesmo, isto é, de um modo que este tenha como seu eixo estruturante a dimensão histórico-temporal das modernizações industriais capitalistas dos países aos quais se refere.

² *Evolucionismo* este que também orientou a política dos bolcheviques diante do governo Kerensky até a chegada de Lênin com suas “teses” em abril de 1917.

Essa compreensão da IC acerca do caráter das revoluções nos países *atrasados* “coloniais” e “semicoloniais”, longe de reduzir-se a mera elucubração teórica, tinha implicações diretas nas lutas travadas pelos trabalhadores dos países submetidos ao imperialismo. A partir de uma visão demasiado esquemática e “etapista”, os dirigentes da IC orientavam os partidos comunistas (PC’s) dos países periféricos a estabelecerem alianças com a burguesia “nacionalista” e/ou a pequena-burguesia com vistas à formação de frentes políticas capazes de lutar contra o “imperialismo” e o “feudalismo”/“latifúndio”.³ Desde a segunda metade da década de 1920, com exceção do breve interregno 1928-1934, essa foi a estratégia política adotada pelos agrupamentos comunistas de linha estalinista nos países “coloniais” e “semicoloniais” ao longo do século XX, com destaque para o Oriente e para a América Latina.⁴

O primeiro grande momento no qual a linha política da IC para esses países deu sinais de sua natureza equivocada e ativou o debate entre seus adeptos e opositores no seio do movimento comunista internacional foi a revolução chinesa de 1925-27. A vaga revolucionária surgida na China nesse período teve como resultante um enorme desastre para o proletariado, o campesinato e o conjunto da militância comunista do país. Seguindo orientação da IC, o Partido Comunista Chinês (PCCh), procurando aproximar-se da burguesia “nacionalista” em busca de uma luta contra o imperialismo e os senhores feudais, e objetivando a vitória de uma “revolução democrática”, aliou-se ao Kuomintang, partido “nacionalista-burguês” liderado pelo general Chiang Kai-Shek, chegando mesmo a se dissolver no interior deste e a se submeter à sua disciplina militar. Após ter, por ordens de Stálin, entregue suas armas ao Kuomintang em meio a um movimento paredista dos operários em Xangai, os militantes comunistas e milhares de trabalhadores foram literalmente massacrados pelo exército de Chiang Kai-Shek. Não satisfeitos com a derrota sofrida em função da política “oportunista” de aliança com Chiang Kai-Shek, os dirigentes da IC orientaram o PCCh a aliar-se com a “ala esquerda” do partido burguês chinês, liderado por Wang-Ching-Wei, que havia provisoriamente rompido com Chiang Kai-Shek. Todavia, não tardou para que o Kuomintang de “esquerda” começasse a expulsar de suas fileiras os comunistas e

³ A aliança proposta pela IC entre a burguesia, a pequena-burguesia urbana, a pequena-burguesia rural (o campesinato) e o proletariado (aliança que teria por finalidade realizar a sonhada revolução “democrático-burguesa”, às vezes chamada apenas de revolução “democrática”) recebeu a denominação de “bloco das quatro classes”.

⁴ Com algumas diferenças “táticas” em relação aos partidos vinculados à União Soviética, as correntes políticas que adotaram a linha chinesa a partir da década de 1960 também possuíam essa perspectiva “etapista” acerca do caráter da revolução nos países *atrasados*.

reprimisse as manifestações operárias. Por fim, com o PCCh praticamente dilacerado, a IC, numa guinada “ultraesquerdista”, orientou os comunistas chineses a criarem, praticamente do noite pro dia, “conselhos operários”, o que resultou num levante frustrado e em novo massacre, dessa vez em Cantão.⁵

Não obstante todas as alterações “táticas” da IC para a PCCh, o que permaneceu intocável nesse período foi a ideia de que a China, por ser tratar de um país com muitas características ainda pré-capitalistas, deveria necessariamente realizar uma etapa “democrática”, o que adiava para um futuro remoto a proposta de uma “ditadura do proletariado” (revolução socialista) e impunha a necessidade de uma frente política com a burguesia chinesa por parte dos trabalhadores. Achando inevitável que a história das nações centrais, *avançadas*, se reproduzisse nos países de desenvolvimento retardatário, Stálin e seus teóricos acabavam por atribuir às burguesias dos países “coloniais” e “semicoloniais” um papel revolucionário, tal como teriam exercido em outro momento histórico as burguesias dos países nos quais a revolução burguesa operou de forma *clássica*. Foi essa a explicação para a política da IC para a China, assim como para outros diversos países *atrasados* ao longo do século XX. Não coincidentemente, todas tiveram um desfecho muito similar ao chinês.⁶

É importante lembrarmos que, conforme se desenvolvia o estalinismo, as diretrizes políticas da IC, com todas as suas alterações “táticas”, passavam a estar cada vez mais determinadas pelos rumos políticos do Estado soviético. Os interesses e as estratégias políticas da burocracia estalinista, portanto, acabavam por condicionar as

⁵ Demos aqui uma visão deveras resumida do processo revolucionário chinês de 1925-1927. Visões mais detalhadas podem ser encontradas, entre outras obras, em DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado. (1921-1929)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 336-358; SOFRI, Gianni. “O problema da revolução socialista nos países atrasados” in HOBBSBAWN, Eric J. *História do Marxismo VIII* (O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 329-373 e SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-Tung*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968, p. 93-140. Tratando do papel do debate sobre a revolução chinesa na constituição do trotskismo brasileiro no início dos anos 30, José Castilho Marques Neto também realizou uma boa síntese do período revolucionário chinês de 1925-1927: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 68-87.

⁶ Seriam necessários rios de tinta para citarmos todas as derrotas sofridas pelo proletariado dos países *atrasados* por consequência de suas direções políticas que, guiadas por uma perspectiva “etapista”, nutriam uma crença na possibilidade das chamadas “burguesias nacionais” desempenharem um papel revolucionário em aliança com os trabalhadores contra o imperialismo. Acreditamos que os inúmeros golpes militares contrarrevolucionários latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970 levados a cabo pelo imperialismo e as burguesias nativas num momento no qual os PC’s do continente ainda apostavam todas suas fichas em revoluções “democrático-burguesas” já nos servem de exemplos suficientes para o que afirmamos.

deliberações da IC, que constituíam, na prática, uma espécie de “política externa” da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Assim, é possível entrever uma relação entre a defesa de etapa “democrática” (capitalista) da revolução nos países *atrasados*, que tinha como norte a solução da “questão agrária” para os camponeses, e a política econômica levada a cabo pela direção da União Soviética no período 1924-1927 centrada na defesa “a qualquer custo” da aliança com o campo (pequena-burguesia rural), expressa na proposta bukharinista do “socialismo a passos de cágado” – que resultava, na prática, em um favorecimento dos proprietários rurais abastados (Kulaks), de mentalidade e interesses capitalistas, em detrimento de um processo de coletivização da produção agrícola e de um maior planejamento estatal de viés industrializante. Do mesmo modo, a viragem para o polo oposto, iniciada pela ruptura de Stálin com a linha “direitista” de Bukharin em fins de 1927 e materializada, a partir de 1928, na coletivização forçada dos campos e na industrialização acelerada da União Soviética, encontrou um equivalente internacional na adoção, por parte da IC, da “ultraesquerdista” tese do “terceiro período” – a qual, por meio da sectária linha política da “classe contra classe”, orientava os PC’s a se livrarem de qualquer influência pequeno-burguesa em seus programas, assim como rejeitava a possibilidade de aliança com os partidos socialdemocratas (“social-fascistas”).

Em função de sua crítica aos rumos da política econômica da União Soviética, León Trotsky se encontrava na oposição à direção do PCUS desde 1923, quando o afastamento de Lênin por motivos de saúde se tornou irreversível.⁷ Em finais da década de 1920, um novo debate acirrado e aberto se deu entre Trotsky e a fração estalinista do partido, tendo agora como eixo a política da IC diante da revolução chinesa. Defendendo que a revolução na China só poderia ter um caráter “socialista”, o que

⁷ Quando Lênin adoeceu definitivamente, em 1923, o que levaria ao seu falecimento em janeiro de 1924, o PCUS passou a ser dirigido na prática por um “trunvirato” composto por Zinoviev, Kamenev e Stálin, com destaque para esse último. Trotsky, nesse período, dirigiu a chamada Oposição de Esquerda (“Oposição de 1923”), que exigiu uma maior planificação e centralização da economia, com vistas a uma maior industrialização do país. Cerca de três anos depois, Zinoviev e Kamenev afastaram-se de Stálin, agora mais próximo de Bukharin, e juntaram a sua oposição (“Oposição de Leningrado”) à Oposição de Esquerda de Trotsky, o que deu origem à chamada “Oposição Unificada”. Em 1927, esta última foi expulsa do partido pela direção Stálin-Bukharin (“centro” e “direita” do partido, respectivamente). Na sequência, tanto Zinoviev e Kamenev, como alguns adeptos de Trotsky, capitularam e retornaram ao partido. Muitos desses militantes, justificando sua volta aos quadros partidários, alegaram à época que Stálin, quando iniciou a “coletivização” dos campos e aceleração da industrialização em 1928, realizava uma ruptura com a direita (Bukharin) e começava a adotar o programa da “Oposição”. A imensa maioria desses bolcheviques foi assassinada por Stálin nos processos de 1936. Ver DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado (1921-1928)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

colocava na ordem do dia a bandeira da “ditadura do proletariado”, Trotsky condenou implacavelmente a política de submissão à burguesia chinesa efetivada pelo PCCh (traduzida, como vimos, na subordinação deste ao Kuomintang) por orientação da IC. Segundo Trotsky, somente a conquista do poder político pelo proletariado chinês poderia resolver as questões deixadas de lado pela “débil” e impotente burguesia chinesa, em especial as questões agrária e nacional.

Por conta disso, sofreu uma chuva de ataques dos teóricos “oficiais” do PCUS, que o acusavam de querer “saltar” a etapa “democrática” da revolução nos países *atrasados*, “confundindo”, assim, as revoluções “burguesa” e “socialista”. Por defender o protagonismo da classe operária nos processos revolucionários dos países *atrasados* em geral, já que só esta poderia, segundo Trotsky, liderar o campesinato na busca de seus objetivos, foi também acusado de “desconsiderar” a importância dos camponeses enquanto sujeito social da revolução. Segundo os teóricos de Stálin, esses “equivocos” de Trotsky seriam os mesmos cometidos por ele desde 1906, quando elaborou suas primeiras análises sobre o caráter da revolução que se deveria realizar na Rússia (um país *atrasado*) e seus respectivos sujeitos sociais e políticos. Arditosamente, os estalinistas resgataram ao final dos anos 1920 polêmicas já superadas há tempos entre Lênin e Trotsky, datadas da primeira década do século XX, e, de modo falsificador, tentaram demonstrar como o último sempre estivera oposto ao primeiro quanto às leituras do processo revolucionário russo aberto em 1905. Como o combate de Trotsky ao “etapismo” da IC estava intimamente ligado a sua crítica à teoria do “socialismo em um só país” de Stálin-Bukharin, o ex-líder do Exército Vermelho, devido à sua perspectiva “internacionalista”, foi descrito às massas russas como um incrédulo nas potencialidades revolucionárias do proletariado soviético.

Diante da sucessão de erros da IC que culminavam em derrotas do proletariado mundial e frente à necessidade de responder aos ataques de seus adversários, Trotsky viu-se obrigado a produzir uma série de trabalhos (livros, documentos e cartas) nos quais expôs sua concepção acerca da revolução nos países *atrasados* e propôs encaminhamentos práticos à luta da classe trabalhadora nos mesmos. Tal como seus opositores políticos, tomou a experiência russa de 1905-1917 como exemplo histórico concreto das teses que defendia, dado que a Rússia, assim como a China – o centro das polêmicas entre os comunistas no momento –, se constituía, quando se deu a Revolução

de Outubro (e também depois), em uma nação *atrasada*, embora imperialista.⁸ Resgatando seus escritos desde 1906 nos quais já apontava a possibilidade de uma revolução socialista na Rússia sem a necessidade de uma etapa “democrática” (burguesa) anterior, Trotsky buscou sistematizar suas posições que ficariam conhecidas como a teoria da “revolução permanente”.

A defesa do revolucionário russo da tese de que os países “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam conhecer uma etapa “democrático-burguesa” em sua história (e que, portanto, o que se colocava era a necessidade da “ditadura do proletariado”) tinha como pressuposto teórico a ideia de que, por estarem integrados numa *totalidade* – o sistema capitalista internacional –, esses países de desenvolvimento capitalista ultrarretardatário não poderiam repetir o curso histórico vivido pelas nações pioneiras do capitalismo, onde a revolução burguesa assumiu contornos que ficariam conhecidos como “clássicos”. Se, pelo fato de terem realizado as suas “revoluções” com atraso de muitas décadas em relação a nações como França, Inglaterra e Estados Unidos, países “tardios” (*atrasados*) como Alemanha, Itália e Japão já não haviam podido reproduzir o modelo revolucionário das primeiras (e, entre outras coisas, não conheceram uma etapa “democrática”),⁹ os países “coloniais” e “semicoloniais”, extremamente *atrasados* e submetidos ao imperialismo, não poderiam sequer sonhar em alguma fase “revolucionária” (“democrática”) intermediária entre a submissão ao domínio imperialista e a conquista do poder político pelo proletariado.

É interessante aqui chamarmos a atenção para o fato de que Trotsky, mesmo sem grandes preocupações nominativas, distinguia, dentre o conjunto das nações *atrasadas*, aquelas que conheceram seu processo de “revolução” burguesa quando o imperialismo ainda não se constituía como um fenômeno dado, e aquelas que, mais retardatárias ainda, realizavam seu desenvolvimento capitalista já sob sua órbita. Desse modo, mesmo sendo todos países de desenvolvimento retardatário, *atrasados* – distintos,

⁸ Não obstante ser fortemente permeado pelo capital estrangeiro (europeu), o Império czarista russo era conformado por uma enorme área continental, abrangendo uma série de nacionalidades não russas.

⁹ Lênin, com a ideia de “via prussiana” (LÊNIN, V. *O programa agrário da socialdemocracia russa na primeira revolução russa (1905-1907)* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980), e posteriormente Gramsci, com seu conceito similar de “revolução passiva” (GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, volume III), além de Barrington Moore Jr., com sua fórmula de “revolução pelo alto” (MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983), foram alguns dos teóricos que também observaram as particularidades das “revoluções burguesas” nos países tardios. Todos, a seu modo, compreenderam que o modelo *clássico* das revoluções burguesas não se repetia de forma inexorável em países de formações sociais distintas.

portanto, das nações pioneiras, *avançadas* –, haveria uma grande diferença entre aqueles que, em função de sua modernização industrial ter se dado durante a passagem do capitalismo “concorrencial” ao “monopolista”, somaram-se ao bloco de nações imperialistas, e os que, demasiadamente *atrasados*, só conheceram o desenvolvimento das relações e forças produtivas capitalistas quando o imperialismo encontrava-se já como uma realidade totalmente inescapável, tornando-se, portanto, a ele submetidos. Nesse sentido, enquanto algumas nações de desenvolvimento capitalista industrial “tardio” como Alemanha, Itália e Japão, e outras ainda mais retardatárias, como Rússia, Espanha e Portugal, encerravam um caráter indiscutivelmente imperialista, países extremamente *atrasados (hipertardios)*,¹⁰ como China, Índia, Brasil, México e África do Sul, encontravam-se, seja sob a forma de “colônias” ou de “semicolônias”, completamente sob a dominação do imperialismo. Contudo, é a categoria de *atrasado* que nos é fundamental para compreender a leitura do processo histórico proposta por Trotsky a partir de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.¹¹

Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (*lei do desenvolvimento desigual*, de Lênin),¹² os países *atrasados*, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos

¹⁰ O conceito de *hipertardio* não foi usado por Trotsky, e sim por muitos autores que, muito provavelmente, beberam na fonte do teórico bolchevique para interpretar os diferentes modelos de desenvolvimento capitalista.

¹¹ Avisamos ao leitor que a divisão que propusemos, a partir dos escritos de Trotsky, no interior do conjunto das nações *atrasadas* apresenta um grau de abstração bastante elevado. O critério utilizado por nós (segundo nosso entendimento acerca da visão de Trotsky) para conformar estes dois blocos de países *atrasados* foi o fato de que alguns desses países foram imperialistas, enquanto outros foram submetidos ao imperialismo (“coloniais” e “semicoloniais”). Como sabemos, a relação que as nações estabelecem com o imperialismo é determinante para os rumos da luta de classes e, nesse sentido, consideramos útil e conveniente separar, por exemplo, o Brasil da Espanha e a China da Itália. Essa divisão é, contudo, deveras abrangente. Se, por um lado, Alemanha e Rússia eram ambas imperialistas, por outro, era incomparável o desenvolvimento econômico e industrial existente entre as mesmas nas duas primeiras décadas do século XX. Do mesmo modo, naquelas mesmas décadas, o Japão, com seu imperialismo crescente, não poderia ser igualado simplesmente a Portugal e Espanha, que encontravam enormes dificuldades para realizar sua modernização capitalista. Soma-se a isso o fato de alguns países *atrasados*, justamente em função de seu processo de industrialização “tardio”, marcado pela rapidez e pela “queima” de etapas, alcançaram patamares do desenvolvimento das forças produtivas iguais e até mesmo superiores ao dos países originários (foi o caso da Alemanha, por exemplo). Nesse sentido, tornaram-se, do ponto de vista técnico e industrial, países extremamente *avançados*, carregando, contudo, traços indeléveis de seu *atraso* histórico, em especial no que diz respeito à formação política e cultural de suas classes dominantes. Por fim, destacamos ainda que no bloco dos países *atrasados* submetidos ao imperialismo existe também uma enorme diversidade entre seus componentes; mesmo sendo todos países dominados pelo capital estrangeiro e seus agentes internos, não se podem negar as substantivas diferenças existentes entre, por exemplo, um país como o Brasil (Estado independente) e outro como a África do Sul (à época dos textos de Trotsky, uma colônia da Grã-Bretanha).

¹² LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para grande indústria*. 3ª edição. São Paulo: Nova cultural, 1988, 2 volumes.

elementos mais modernos das nações *avançadas* e sua adaptação a condições materiais e culturais *arcaicas*. Esta superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países *avançados* e relações sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes *atrasados* se constituiria na essência *combinada* do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos “coloniais” e “semicoloniais”. Na concepção de Trotsky, essa forma particular de desenvolvimento do capitalismo determinaria diretamente a formação e a relação entre as classes sociais, o que, conseqüentemente, acabaria por definir quais as classes que poderiam ou não realizar as chamadas tarefas “democráticas”. Em outras palavras, o modo *combinado* como o capitalismo se desenvolveu designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países *atrasados*, em especial nos que se encontravam sob o jugo do imperialismo. A adição, por parte de Trotsky, do elemento “*combinado*” na *lei do desenvolvimento desigual* de Lênin fez com que a perspectiva do primeiro concernente ao desenvolvimento das nações *atrasadas* recebesse o nome de *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.¹³

No entanto, talvez por certo perfil de historiador que encerrava, Trotsky nunca produziu uma obra dedicada, em abstrato, a uma análise de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Foi sempre a partir de observações concretas de certas realidades histórico-sociais de países *atrasados* que Trotsky formulou e desenvolveu essa categoria. Se, como vimos, foi a política “etapista” do estalinismo na China no período 1925-1927 que fez com que Trotsky transformasse a questão da revolução nos países *atrasados* em um campo de batalha para o movimento comunista internacional, as observações do revolucionário russo quanto a essa temática, entretanto, haviam se iniciado, como já indicamos, havia mais de uma década.

¹³ É importante alertarmos que Trotsky nunca se referiu a sua “descoberta” sobre a particularidade do desenvolvimento histórico dos países retardatários como *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, nomeando-a na maioria das vezes apenas como *lei do desenvolvimento combinado*. Foi o trotskista norte-americano George Novack, em seu livro intitulado *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*, quem primeiro batizou o conceito de Trotsky tal como este ficaria conhecido (ver DEMIER, Felipe “Prefácio” in NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2008, p. 11.). Outras discussões acerca do conceito podem ser encontradas em LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado” in *Outubro*, nº. 1, 1998, p. 74; BIANCHI, Alvaro. “O primado da política: revolução permanente e transição” in *Outubro*, nº. 5. São Paulo, 2001, p. 101-115; e KNEI-PAZ, Baruch. “Trótski: revolução permanente e revolução do atraso” in HOBBSAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo V* (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O austromarxismo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 159-196).

As origens do conceito de desenvolvimento desigual e combinado

Desde 1906, quando, preso nos cárceres czaristas por seu papel na Revolução de 1905,¹⁴ escreveu sua brochura intitulada *Balanços e perspectivas*,¹⁵ Trotsky já apontara a impossibilidade de realização de qualquer etapa revolucionária “democrática” na história futura da Rússia nos mesmos moldes como ocorrera na Europa revolucionária de fins do século XVIII e parte do XIX. Contrariando o *evolucionismo* do raciocínio histórico menchevique, Trotsky, levando em conta a gênese, a composição e a relação entre as classes sociais do país, afirmou o caráter “socialista” da revolução a ser realizada na Rússia. Somente a “ditadura do proletariado”, “arrastando atrás de si os camponeses”, poderia realizar as tarefas “democráticas” deixadas de lado pela impotente, “débil” e contrarrevolucionária burguesia russa. Em outras palavras: na Rússia, medidas “democráticas”, de natureza capitalista – em especial a reforma agrária –, que, nos países *avançados* foram realizadas sob a direção burguesia (e que foram vitais para o florescimento do capitalismo), só conseguiriam ser efetivadas na prática se os trabalhadores se apossassem do Estado. Dada a natureza *atrasada* do país, que o deixava com uma série de tarefas históricas pendentes, impossíveis de serem superadas ainda no plano do capitalismo, a classe trabalhadora no poder teria que combinar tarefas “democráticas” e “socialistas” no caminho da construção de uma nova sociedade que, por sua vez, só poderia ser alcançada com a vitória do proletariado no espectro internacional. O capitalismo russo, portanto, não poderia conhecer nenhuma etapa “democrática” em seu desenvolvimento. A bandeira da “ditadura do proletariado” colocava-se, na perspectiva trotskista, na ordem do dia para os trabalhadores russos.¹⁶

Para além de toda a caluniosa campanha estalinista realizada a partir da segunda metade da década de 1920 para opor Trotsky a Lênin, é fato que nos anos seguintes à Revolução de 1905 houve significativas divergências entre ambos quanto à

¹⁴ Em 1905, Trotsky foi o principal dirigente do *soviet* de Petrogrado, o mais importante organismo criado pelas massas naquele processo revolucionário que abalou a monarquia czarista.

¹⁵ TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas*. Buenos Aires: El Yunque Editora, 1975.

¹⁶ Mais de duas décadas depois, referindo-se ao surgimento de sua “teoria da revolução permanente” em 1905, Trotsky afirmou: “Ela [a ‘teoria da revolução permanente’] demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisso consistia a ideia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Dessa maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.” (TROTSKY, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985, p.24.).

caracterização do papel a ser desempenhado pelas distintas forças sociais num eventual processo revolucionário no país. Se Trotsky, sem receios, apontava a direção do proletariado sobre os camponeses como condição necessária para qualquer revolução na Rússia, o que o fazia lançar a fórmula da “ditadura do proletariado” (“com o apoio dos camponeses”), Lênin, por seu turno, tinha dúvidas quanto à inevitabilidade de uma maioria operária num futuro governo revolucionário, dado o enorme peso do campesinato no país. Por conta disso, Lênin trabalhava com a fórmula da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” para a Rússia, na qual não deixava muito claro qual a preponderância de classe (proletariado e campesinato) nos rumos da revolução russa. A partir dessa fórmula ambígua e imprecisa, Lênin, de algum modo, ainda ficava preso à ideia de que poderia haver alguma revolução “burguesa” na Rússia, no sentido em que compreendia que um eventual governo de maioria camponesa, com apoio do proletariado – e sem a burguesia –, poderia vir a realizar tarefas revolucionárias de cunho “democrático” no país, o que, entretanto, ainda o manteria nos limites do capitalismo. Trotsky, por sua vez, baseando-se nos escritos de Marx e Engels, considerava o campesinato incapaz de dirigir qualquer processo revolucionário, restando-lhe apenas a opção de seguir a burguesia ou o proletariado.

Contudo, o que é essencial é que Lênin, tal como Trotsky, jamais vislumbrou a possibilidade de a burguesia russa vir a exercer qualquer papel revolucionário, “democrático”, nos destinos do país. Guiada por um raciocínio “etapista”, a maioria da direção dos bolcheviques, tal como os mencheviques, era, até a chegada de Lênin na Rússia em abril de 1917, adepta da ideia de que o governo Kerensky poderia realizar a etapa “democrática” da revolução, o que adiava a questão da tomada do poder pelos trabalhadores para um momento bem distante. Como é sabido, ao lançar o lema de “todo poder aos *soviets*”, Lênin alterou a conduta do partido e colocou a questão da “ditadura do proletariado” na ordem do dia, aproximando-se definitivamente da leitura de Trotsky sobre o caráter da revolução russa. Como o próprio Lênin analisou mais tarde, as tarefas “democráticas” da revolução não foram realizadas nos meses entre fevereiro-outubro de 1917, e sim no período iniciado com a tomada do poder pelos trabalhadores em outubro desse ano. Lênin, tomando a experiência histórica da Revolução de Outubro, reconheceu que sua fórmula provisória da “ditadura democrática” não se realizou na prática, e sim a da “ditadura do proletariado”. Quase dez anos depois de outubro de 1917, diante do processo revolucionário chinês que já mencionamos, Stálin, Bukharin e cia. adotaram a velha fórmula frustrada da “ditadura

democrática” para a China. Contudo, esdruxulamente, essa estratégia foi utilizada pela direção da IC para conduzir o processo revolucionário à sua sonhada etapa “democrática” sob direção da burguesia (representada, no caso, pelo Kuomintang), algo que jamais esteve sequer cogitado quando Lênin lançou mão de sua imprecisa fórmula contra o czarismo.

Logo após a experiência revolucionária de 1905, Trotsky já se encontrava na contramão do *evolucionismo vulgar* (“etapismo”), de fundo *economicista*, que permeava grande parte do marxismo à época. Em seu *Balanços e perspectivas*, já se podia ler o seguinte:

O proletariado cresce e se fortalece com o crescimento do capitalismo. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo equivale ao desenvolvimento do proletariado para a ditadura. O dia e a hora, porém, em que o poder deve passar para as mãos da classe operária não dependem *diretamente* do nível das forças produtivas, e sim das condições da luta de classes, da situação internacional e, afinal, de uma série de elementos subjetivos: tradição, iniciativa, disposição para o combate...

É possível que o proletariado de um país economicamente atrasado chegue ao poder antes do proletariado de um país avançado do ponto de vista capitalista [...] Considerar que a ditadura do proletariado dependa automaticamente das forças técnicas e dos recursos de um país significa repetir um preconceito oriundo de um materialismo “econômico” simplificado ao extremo. Tal opinião nada tem de comum com o marxismo. A nosso ver, a revolução russa criará condições sob as quais o poder poderá (e, em caso de vitória da revolução, *deverá*) passar às mãos do proletariado antes de terem os políticos do liberalismo burguês a oportunidade de revelar toda a beleza do seu gênio político.¹⁷

Da experiência revolucionária de 1905 até a vitória dos bolcheviques em outubro de 1917, Trotsky, no exílio, publicou vários artigos e panfletos em periódicos da esquerda europeia, em especial os dirigidos por emigrados russos, nos quais defendeu suas concepções acerca da revolução russa.¹⁸ A incapacidade do governo provisório russo instaurado a partir da Revolução de Fevereiro de realizar medidas democráticas significativas fez com que se confirmassem os prognósticos de Trotsky acerca da fragilidade e impotência da burguesia russa no poder. A congruência entre as suas visões e as de Lênin referentes à estratégia a ser adotada pelo proletariado diante

¹⁷ TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas*. *Op. cit.* p. 38-39. Tradução nossa. Grifos do autor. Trotsky, tanto em *Balanços e perspectivas*, quanto em outros escritos do mesmo período (muitos publicados à época numa obra intitulada *Nossa revolução*), recebeu a influência de Alexander Helphand, mais conhecido como Parvus, destacado pensador marxista que, em suas análises sobre a sociedade russa, já apontava o proletariado como o único sujeito revolucionário. Nesse sentido, muitos afirmaram que, de certo modo, Parvus é co-autor, ao lado de Trotsky, da “teoria da revolução permanente”. Não obstante sua argúcia teórica, Parvus acabou por apoiar o imperialismo alemão quando da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Ver DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta armado. (1879-1921)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 (cap. VI: “A revolução permanente”).

¹⁸ Entre os jornais com os quais Trotsky colaborou em seu longo exílio na Europa, podemos destacar o *Nache Slovo* (Nossa Palavra), *Novji Mir* (O Novo Mundo) e *Kievskaja Misl* (Pensamento Kieviano).

do governo Kerensky (tomada do poder, “todo poder aos *soviets*”) teve como corolário a sua adesão e de seu grupo (Intercantonal) ao partido bolchevique. Uma vez conquistado o poder por este último, Trotsky assumiu funções-chave na condução do Estado soviético (Relações Exteriores, Exército Vermelho, política econômica etc.) e relegou a segundo plano o debate sobre o caráter da revolução nos países de desenvolvimento capitalista retardatário.¹⁹

Como vimos, seria somente cerca de dez anos depois da Revolução de Outubro, por ocasião da revolução chinesa de 1925-1927, que Trotsky retomaria sua produção sobre essa temática. Imerso diretamente em polêmicas com a direção da IC referentes à política revolucionária para a China, Trotsky buscou sistematizar sua “teoria” da revolução para os países *atrasados*. Em novembro de 1929, exilado em Alma-Ata após sua expulsão do PCUS, Trotsky concluiu *A revolução permanente*, publicada em 1930.²⁰ Quase que inteiramente baseada no caso chinês, a obra respondia aos pesados ataques que o autor recebera dos estalinistas do *Komintern* por conta das críticas que fez à política desastrosa do órgão para o Oriente revolucionário. Defendendo-se dos “epígonos”²¹ que comandavam a IC e de seu ex-companheiro de Oposição de Esquerda, Karl Radek,²² Trotsky tomou a experiência da Revolução de Outubro para demonstrar tanto como havia acertado em seus prognósticos feitos desde *Balanços e perspectivas* (que, como frisa Trotsky em *A revolução permanente*, não eram, como diziam os estalinistas e Radek, opostos aos realizados por Lênin), como para defender a impossibilidade de uma revolução “democrático-burguesa” na China *atrasada* e “semicolonial”. Dado o modo *desigual e combinado* como o capitalismo se desenvolvera naquele antiquíssimo país oriental, somente a ditadura do proletariado, passando, de modo ininterrupto, ou seja, *permanente*, das medidas “democráticas” às medidas “socialistas”, poderia livrá-lo de suas estruturas arcaicas e de sua submissão ao imperialismo.

¹⁹ Uma descrição e análise histórica acerca da trajetória política e intelectual de Trotsky desde os primeiros anos do século XX até sua expulsão do PCUS e da União Soviética em finais da década de 1920 pode ser encontrada em DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta armado. Op.cit;* _____. *Trotsky. O profeta desarmado. Op. cit;* e em TROTSKY, L. *Minha vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

²⁰ TROTSKY, L. *A revolução permanente. Op.cit.*

²¹ O termo “epígonos” foi utilizado por Trotsky para denominar os burocratas estalinistas que se apoderaram do PCUS e da IC após a morte de Lênin.

²² Expulso do PCUS em conjunto com a Oposição de Esquerda liderada por Trotsky em fins de 1927, o bolchevique de origem judaico-polonesa Karl Radek escreveu um manuscrito no qual atacou violentamente a “teoria da revolução permanente”, como forma de preparar sua capitulação ao partido, o que acabou ocorrendo. Todavia, em 1937 foi condenado a dez anos de trabalhos forçados e acredita-se que, em algum momento entre 1939 e 1942, foi assassinado, por ordens de Stálin, no local onde cumpria pena.

A Revolução Russa: demonstração histórica da validade do conceito

Entre 1930 e 1932, exilado na Turquia após ter sido expulso da União Soviética, Trotsky produziu *A história da revolução russa*, obra até hoje incontornável para os estudiosos do tema.²³ Numa brilhante descrição e análise histórica do processo revolucionário russo desde 1905 até a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917, Trotsky buscou em vários momentos da obra demonstrar como suas teses acerca do desenvolvimento capitalista e consequentes possibilidades revolucionárias da *atrasada* Rússia (teses elaboradas, como vimos, a partir 1906) tinham sido confirmadas pelos eventos históricos.

No primeiro capítulo, intitulado “Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”, Trotsky apresentou uma síntese extremamente rica da evolução histórica russa, destacando todas as contradições presentes em um país que iniciou bastante tardiamente sua modernização industrial capitalista. Como já expusemos, a ideia de que as nações *atrasadas* desenvolviam seu capitalismo combinando dialeticamente elementos modernos e arcaicos esteve presente nas análises de Trotsky sobre a Rússia desde *Balanços e perspectivas*. Foi, contudo, em “Peculiaridades...” que a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* apareceu pela primeira vez nomeada (ainda que, conforme já advertimos, não completamente):

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da repetição dos ciclos históricos – a de Vico e, mais tarde, de seus discípulos – baseia-se na observação dos ciclos percorridos pelas estruturas pré-capitalistas e, parcialmente, sobre as primeiras experiências do desenvolvimento capitalista. O caráter provincial e transitório de todo *processus* admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambiente sempre novos. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e a flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos ultrapassaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases

²³ TROTSKY, L. *A História da revolução russa*. Rio de Janeiro/Guanabara: Saga, 1967, 3 volumes. O primeiro volume é intitulado “A queda do czarismo”, o segundo, “A tentativa de contrarrevolução” e o terceiro, “O triunfo dos soviets”.

do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado.

A possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está claro, absoluta; realmente, está limitada pelas capacidades econômicas e culturais de um país. Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva. O próprio processo de assimilação apresenta, neste caso, um caráter contraditório. [...]

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com mais vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a via retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinações das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.²⁴

Fazendo uso dessas considerações teórico-históricas, Trotsky, ao longo de “Peculiaridades...”, expôs como as relações entre desenvolvimento econômico, Estado e classes sociais ao longo da história russa distinguiam-se das ocorridas nos países originários do capitalismo. Nesse sentido, Trotsky dava continuidade à abordagem da evolução russa que realizara nos primeiros capítulos de *Balanços e perspectivas*; agora, contudo, tinha em mãos, em função dos vinte e seis anos transcorridos entre as duas obras, toda a experiência da vitoriosa Revolução Russa de outubro de 1917.

Assim, se em 1906, o jovem intelectual, a partir da observação da revolução do ano anterior (que abalou, mas não derrubou o czarismo), tinha efetivado uma interpretação histórica do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e traçado prognósticos políticos sobre os rumos revolucionários do país, em 1932, o maduro Trotsky pôde se debruçar sobre o passado russo inteiramente como historiador, pois já lhe era possível delimitar melhor no tempo o seu objeto de análise. O caminho revolucionário que havia levado o proletariado de um país *atrasado* ao poder antes mesmo do que qualquer outro de uma nação *avançada*, prescindindo de uma revolução “democrático-burguesa”, já havia se encerrado e, portanto, já podia ser analisado pelas lentes históricas – e não como uma previsão política que poderia ou não se verificar.

Aliás, quando o dissidente bolchevique se pôs a historiar a Revolução Russa, esta já se encontrava em uma nova etapa. Desde quando aventou pela primeira vez a hipótese de que os trabalhadores poderiam tomar o poder na Rússia antes que o fizessem seus congêneres nos países *avançados*, Trotsky sempre deixou claro que a construção do socialismo no interior das fronteiras russas dependeria inteiramente da

vitória dos trabalhadores no resto do mundo, em especial na Europa. O socialismo jamais poderia limitar-se aos estreitos limites nacionais, já superados pelo próprio capitalismo – superação esta que, segundo muitos marxistas, seria uma das principais fontes de crise do sistema social vigente. Em uma nação *atrasada* economicamente, o tempo que um Estado operário oriundo de uma revolução vitoriosa poderia, isoladamente, manter suas bases e conquistas sociais seria significativamente menor do que aquele com o qual contaria uma nação *avançada* do ponto de vista das forças produtivas. No raciocínio de Trotsky (corroborado por Lênin até a sua morte), o mesmo *atraso* histórico da Rússia que teria permitido à sua classe operária a conquista do poder político antes de a revolução rebentar no Ocidente converter-se-ia, em caso de confinamento da revolução nas fronteiras nacionais, em um inimigo implacável da manutenção do Estado operário no país.

Com os fracassos das revoluções na Europa e no Oriente, com destaque para a alemã e a chinesa – em grande parte decorrentes, respectivamente, da política da socialdemocracia e da IC estalinizada –, o isolamento da Rússia tornou-se uma realidade e, com isso, começaram a se confirmar mais algumas das previsões de Trotsky. A ausência de uma situação revolucionária a partir de 1923, na Europa, combinada poucos anos mais tarde com as derrotas no Oriente, criaram as condições materiais para o fortalecimento dos elementos burocráticos do regime soviético, fazendo com que a “ditadura do proletariado” fosse substituída por uma “ditadura burocrática sobre o proletariado”.²⁵

Foi, portanto, completamente imerso na luta política contra a burocracia dirigente da União Soviética e da IC que Trotsky lançou seu olhar histórico sobre a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917. Se, por um lado, como dissemos, é verdade que, diferentemente de quando publicou *Balanços e perspectivas*, Trotsky já tinha à época de *A história da revolução russa* seu objeto histórico delimitado, por outro, tal como nos imediatos anos pós-1905, o teórico bolchevique mergulhava no passado da Rússia almejando resolver as questões colocadas no presente que determinariam a vitória ou a derrota do proletariado russo. Se, antes, a revolução era algo a ser realizado por intermédio da conquista do Estado pelo proletariado, agora,

²⁵ A obra de Trotsky dedicada mais diretamente ao estudo da degeneração do regime soviético é, sem dúvida, *A revolução traída*. Escrito em 1936, esse trabalho talvez seja até hoje o mais significativo no que diz respeito à análise sociológica da burocracia soviética dos anos 30 e, sem dúvida, fornece elementos para o entendimento da própria restauração capitalista da União Soviética, ocorrida mais de cinquenta anos depois de sua publicação. TROTSKY, L. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. 2ª edição. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

deveria ser colocada por ele nos rumos certos para que fosse plenamente completada, o que só seria possível a partir de uma posição internacionalista do Estado soviético que, por sua vez, apenas tornar-se-ia viável com a derrubada da camarilha burocrática que se apossara do poder após a morte de Lênin.

Destarte, tanto no que dizia respeito à explicação histórica da Revolução de Outubro, quanto no que se referia aos motivos de sua degeneração burocrática, Trotsky apontava o *atraso* da Rússia como um elemento fundamental. Foi destacando essa importante característica da nação que Trotsky iniciou o já mencionado capítulo “Peculiaridades...”: “O traço essencial e o mais constante da História da Rússia é a lentidão com que o país se desenvolveu, apresentando como consequência uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural.”²⁶

Mencionando o “clima rigoroso”, “o vento leste” e as “migrações asiáticas” que incidiam sobre “a população da gigantesca planície” (população que lutara contra os nômades até fins do século XVII), Trotsky buscou explicar a “prolongada estagnação” que marcara a agricultura russa (“Tomava-se posse da natureza em extensão, não em profundidade.”).²⁷ Segundo Trotsky, enquanto os “bárbaros ocidentais” se instalaram sob as ruínas da civilização romana e fizeram uso, por exemplo, tanto de pedras antigas quanto de material de construção, os “eslavos do Oriente, em suas inóspitas planícies”, não encontraram nada para herdar: “o nível de seus predecessores era ainda mais baixo do que o seu”.²⁸

Articulando elementos geográficos e condições sociais, Trotsky procurou explicar as origens das desigualdades entre os desenvolvimentos (econômico, político e cultural) da Europa Ocidental e da Rússia:

Os povos da Europa Ocidental, cedo bloqueados em suas fronteiras naturais, criavam as aglomerações econômicas e culturais das cidades industriais. A população da planície oriental, tão logo se sentia comprimida, embrenhava-se nas florestas ou então emigrava para a periferia, nas estepes. Os elementos camponeses mais dotados de iniciativa e mais empreendedores transformavam-se, no lado oeste, em cidadãos, artífices, mercadores. No leste, certos elementos nativos, audaciosos, estabeleceram-se como comerciantes, porém em maior número fizeram-se cossacos, guarda-fronteiras ou colonos. O *processus* de diferenciação social, intenso no Ocidente, retardava-se no Oriente e se difundia por expansão. “O czar da Moscóvia – apesar de cristão – governa um povo de espírito preguiçoso”, escrevia Vico, contemporâneo de Pedro I. O espírito “preguiçoso” dos moscovitas era um reflexo do ritmo lento da evolução econômica, das relações amorfas entre as classes, da indigência de sua história anterior.²⁹

²⁶ TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit.*, v. I, p. 23.

²⁷ *Idem.*

²⁸ *Idem.*

²⁹ *Idem.*

Dando continuidade à sua descrição, Trotsky destacou o caráter meio-europeu, meio-asiático da Rússia. Segundo ele, não somente pela posição geográfica, como também pela história e vida social, o país “ocupava, entre a Europa e a Ásia, uma situação intermediária. Diferenciava-se do Ocidente, europeu, mas também do Oriente, asiático, embora aproximando-se em alguns períodos, em vários aspectos, ora de um ora de outro.”³⁰ O Oriente teria sido o responsável pelo jugo tártaro-mongol, fundamental na construção do Estado russo; o Ocidente, por sua vez, teria sido um “inimigo ainda mais temível que o Oriente, ao mesmo tempo que um mestre. Não foi possível à Rússia formar-se segundo os moldes do Oriente, compelida como estava [a] acomodar-se à pressão militar e econômica do Ocidente”.³¹

Essas diferentes pressões às quais o país esteve exposto, em especial as vindas da Europa, teriam constituído aspectos essenciais para o desenvolvimento das relações entre as classes sociais e o Estado na Rússia, e, conseqüentemente, para a conformação das suas estruturas políticas:

Sob a pressão da Europa mais rica, o Estado russo, em comparação com o Ocidente, absorvia uma parte proporcional bem maior da riqueza pública, e, desta forma, não apenas condenava as massas populares a uma redobrada miséria, mas ainda enfraquecia as bases das classes possuidoras. Tendo, porém, o Estado necessidade do apoio dessas últimas, apressava e regulamentava sua formação. Como resultado, as classes privilegiadas, burocratizadas, jamais conseguiram erguer-se em toda a sua pujança, e o Estado russo não fez senão aproximar-se ainda mais dos regimes despóticos da Ásia. A autocracia bizantina, adotada oficialmente pelos czares moscovitas no início do século XVI, submeteu os grandes senhores feudais boiardos com o auxílio da nobreza, e dominou-os transformando em servos a classe camponesa e erigindo-se por tais meios em monarquia absoluta: o absolutismo de São Petersburgo.³²

Pode-se perceber em Trotsky a ideia de que, diferentemente do caso do absolutismo europeu *clássico*, o forte papel do Estado na Rússia, e em particular do regime autocrático-czarista, repousava não na força das classes dominantes da sociedade, mas, pelo contrário, na sua fraqueza. Para Trotsky, essa dependência das classes proprietárias russas frente ao Estado seria um dos elementos precípuos para se compreender a forma como se desenvolveu a indústria moderna no país e, conseqüentemente, a extrema “debilidade” da burguesia nacional. Antes, porém, do próprio processo de modernização capitalista, a classe burguesa, em função do lento desenvolvimento econômico da nação e dos vínculos externos do comércio russo, já se encontrava subordinada ao capital estrangeiro europeu:

³⁰ *Idem*, p. 24.

³¹ *Idem*.

³² *Idem*, p. 25.

A indigência, traço característico não somente do feudalismo russo, porém, de toda a história da antiga Rússia, encontrou sua mais triste expressão na falta de cidades do verdadeiro tipo medieval, como centro de artesãos e mercadores. O artesanato, na Rússia, não conseguiu desvincular-se da agricultura e conservou o caráter de pequenas indústrias locais. As cidades russas de outrora eram centros comerciais, militares, administrativos, centros, portanto, de consumo, e não de produção [...] É verdade que as pequenas indústrias rurais, espalhadas pelas diversas regiões do país, exigiam os serviços intermediários de um comércio bastante extenso. Os mercadores nômades, porém, não podiam de modo algum ocupar, na vida social, um lugar idêntico ao ocupado no Ocidente pela pequena e média burguesia das corporações de artesãos, de comerciantes e de industriais, burguesia que estava indissoluvelmente ligada à periferia rural. Além disso, as principais vias de comunicação do comércio russo conduziam ao estrangeiro, garantindo, desde séculos remotos, um papel dirigente ao capital comercial externo e emprestando um caráter semicolonial a qualquer movimento de negócios nos quais o mercador russo servia apenas de intermediário entre as cidades do Ocidente e as aldeias russas. Tais relações econômicas continuariam a se desenvolver na época do capitalismo russo e encontraram sua mais alta expressão na guerra imperialista.³³

Quando acossada pela Europa *avançada*, a Rússia viu-se obrigada a empreender a industrialização capitalista moderna. Esse processo, entretanto, carregaria e até mesmo acentuaria diversas características do longínquo passado do país. Dada a já mencionada “debilidade” das classes proprietárias, seria o Estado autocrático czarista russo o principal sujeito do desenvolvimento das forças produtivas industriais do país. O Estado, contudo, levaria a cabo esse movimento fazendo uso de vastos capitais provenientes do exterior, o que teria acarretado, segundo Trotsky, não só a dependência política deste frente aos Estados europeus (e o conseqüente apoio das burguesias europeias ao regime czarista), como também no aprofundamento da condição heterônoma da burguesia russa que, ao passo que se desenvolvia como classe em função do desenvolvimento da indústria capitalista, subordinava-se cada vez mais ao regime czarista, à aristocracia e, principalmente, ao capital estrangeiro:

A fusão do capital industrial com o capital bancário se efetuou, na Rússia, de forma tão integral como talvez não se tenha visto semelhante em qualquer outro país. A indústria russa, porém, subordinando-se aos bancos, demonstrava efetivamente sua submissão ao mercado monetário da Europa Ocidental. [...] Se os estrangeiros possuíam, no total, mais ou menos 40% de todos os capitais investidos na Rússia, esta percentagem nos ramos principais da indústria era bem mais elevada. Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que o centro de controle das ações emitidas pelos bancos, pelas fábricas e manufaturas russas encontrava-se no estrangeiro e a participação da Inglaterra, da França e da Bélgica no capital atingia o dobro da participação alemã.³⁴

Constituindo-se num caso exemplar de demonstração histórico-concreta da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, a dinâmica da industrialização na Rússia, em

³³ TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit.*, v. I, p. 26-27.

³⁴ *Idem*, p. 29

função de sua natureza retardatária, não repetiria os passos transcorridos pela industrialização dos países originários do capitalismo. Trotsky fez questão de ressaltar esse caminho próprio traçado pela modernização industrial russa, já que nele estaria a chave para o entendimento de uma formação social peculiar, *atrasada*, que acabaria por favorecer a eclosão da primeira revolução proletária vitoriosa da história mundial. Quanto às características da industrialização russa, derivadas do atraso histórico com que foi efetivada, Trotsky afirmou:

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardiamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início, o ciclo dos países adiantados, porém, neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas. Se a evolução econômica da Rússia, em conjunto, passou por cima de períodos do artesanato corporativo e da manufatura, muitos de seus ramos industriais pularam parcialmente alguma etapa da técnica, que exigiram, no Ocidente, dezenas de anos. Como consequência, a indústria russa desenvolveu-se em certos períodos com extrema rapidez. Entre a primeira revolução [1905] e a [primeira] guerra a produção industrial da Rússia quase dobrou. Julgaram alguns historiadores russos ser isto motivo suficiente para concluir que era necessário abandonar a lenda de um país atrasado e de lento progresso econômico do país. Na realidade, a possibilidade de um progresso assim tão rápido era precisamente determinada pelo estado atrasado do país, que, infelizmente, não apenas subsistiu até a liquidação do antigo regime, mas, que, como sua herança, perdura até hoje.³⁵

Segundo Trotsky, residiria nesse tardio e rápido crescimento industrial da Rússia – caracterizado pela dispensa (“queima”) de várias fases e subfases que haviam tido lugar ao longo do secular desenvolvimento fabril europeu – a explicação para o protagonismo operário presente na história do país logo a partir da primeira década do século XX. Numa clara demonstração empírica de que a história das nações pioneiras do capitalismo não se repete nas formações sociais *atrasadas*, a Rússia caminhava, desde fins do século XIX, no sentido de sua modernização industrial capitalista sem ter necessitado previamente de uma revolução “democrático-burguesa”. Do mesmo modo, o desenvolvimento do capitalismo russo combinava-se inteiramente com a manutenção da arcaica estrutura fundiária do país, o que colocava na ordem do dia para os revolucionários socialistas a resolução da chamada “questão agrária”.

Mesmo se desenvolvendo economicamente por conta da industrialização, a burguesia russa via agravada sua “debilidade” política, dado o aumento de sua dependência face ao capital europeu e ao Estado autocrático. Carecendo de uma consistência social mais sólida, aliada e subordinada à aristocracia proprietária rural do país, ela era completamente incapaz de liderar os camponeses em qualquer luta por

³⁵

Idem, p. 28. Grifos nossos.

reformas agrárias. Seriam, entretanto, o conteúdo e a forma do desenvolvimento industrial da Rússia que afastariam qualquer chance dessa burguesia vir a exercer um papel revolucionário na história do país. Ao assimilar os elementos mais avançados da técnica industrial europeia, a modernização capitalista da Rússia, dirigida pelo Estado e financiada pelo capital externo, acabou por proporcionar um cenário no qual essa “débil” burguesia encontrou-se muito cedo como um proletariado já pertencente aos ramos mais modernos da economia, aglomerado em grandes fábricas e bastante concentrado em certas cidades industriais. Chegada com atraso na cena histórica, a burguesia russa, diferentemente do que ocorrera com as burguesias inglesa, francesa e a norte-americana, deparou-se, ao mesmo tempo em que se desenvolvia como classe, com um proletariado já tipicamente moderno e possuidor de uma significativa consciência política, aberta à perspectiva revolucionária. Aliás, o fato de as ideias do marxismo revolucionário terem encontrado espaço entre parcelas significativas do jovem proletariado russo (o que pode ser expresso pela forte presença política dos partidos operários nos meios fabris desde os primeiros anos do século XX) também foi visto por Trotsky como uma demonstração da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* que operava na história russa:

De acordo com a evolução do país, o reservatório de onde saía a classe operária russa não era um artesanato corporativo: era o meio rural; não a cidade, mas a aldeia. É preciso notar que o operariado russo não se formou paulatinamente, no decurso dos séculos, arrastando o enorme fardo do passado, como na Inglaterra, mas sim aos saltos, por meio de transformações bruscas das situações, de ligações, acordos e, ainda, por meio de rupturas com tudo o que, na véspera, existia. Foi precisamente assim – sobretudo durante o regime de opressão concentrada do czarismo – que os operários russos puderam assimilar as deduções mais ousadas do pensamento revolucionário da mesma forma que a retardatária indústria russa era capaz de compreender a última conquista da organização capitalista.³⁶

Essa desproporção relativa de forças entre burguesia e proletariado, ocasionada justamente pelo *atraso* do país, era agravada pela inexistência de setores urbanos médios, isto é, de uma pequena-burguesia das cidades. Se, como vimos na exposição de Trotsky, a Rússia, por questões históricas de toda ordem, sempre carecera de um

³⁶ *Idem*, p. 29-30. Ou ainda: “Que dizer de nosso proletariado? Terá passado pela mesma escola medieval das confrarias de aprendizado? Existirão nele tradições corporativas seculares? Nada de parecido. Lançaram-no diretamente à fornalha, assim que o retiraram de seu arado primitivo... Daí a ausência de tradições conservadoras, a ausência de castas, mesmo entre o proletariado, e a juventude do espírito revolucionário; daí, entre outras causas eficientes, Outubro e o primeiro governo proletário que existiu no mundo. Mas daí, também, o analfabetismo, a mentalidade atrasada, a deficiência de hábitos de organização, a incapacidade de trabalhar sistematicamente, a falta de educação cultural e técnica. A cada passo nos ressentimos dessas inferioridades na nossa economia e na nossa edificação cultural.” (TROTSKY, L. *Idem*, p. 391 – Apêndice I).

desenvolvimento substantivo das atividades urbanas medievais e modernas e, conseqüentemente, de um desenvolvimento dos grupos sociais que as realizam (artesãos, artífices, mercadores etc.), com a industrialização capitalista realizada aos “saltos” desenvolveu-se um proletariado moderno sem que com isso tivesse surgido também uma pequena-burguesia urbana numérica e economicamente significativa. Assim, a burguesia industrial russa via-se também, entre outros problemas, desprovida politicamente de uma pequena-burguesia urbana do tipo *sans-culotte* que, em outras épocas e lugares, havia servido de base de massas para revoluções “democrático-burguesas”. Na Rússia, portanto, o antagonismo fundamental de classes assumia conteúdo e feição bastante acirrados, já que os inimigos encontravam-se cara a cara, sem intermediários oscilantes que poderiam lhes servir ora de árbitros mediadores, ora de intérpretes confusos. Todos esses aspectos elencados acima, segundo Trotsky, determinaram a sorte da burguesia russa:

As condições em que se organizou a indústria russa, a própria estrutura dessa indústria, determinaram o caráter social da burguesia do país e sua fisionomia política. A forte concentração da indústria demonstra por si mesma que entre as esferas dirigentes do capitalismo e as massas populares não existia hierarquia intermediária. A isto se soma o fato de serem as mais importantes empresas industriais, bancárias e de transportes propriedade de estrangeiros, que não somente auferiam lucros sobre a Rússia, mas ainda fortaleciam a própria influência política nos parlamentos de outros países, razão pela qual, em vez de fomentar a luta pelo regime parlamentar na Rússia, a tal se opunham não raras vezes. Basta lembrar aqui o papel abominável desempenhado pela França oficial. Foram estas as causas elementares e irredutíveis do isolamento político da burguesia russa e de sua atitude contrária aos interesses populares. Se na aurora de sua história, mostrou-se muito pouco amadurecida para realizar uma reforma, ainda mais se encontrava quando chegou o instante de dirigir a revolução [...].

A incapacidade política da burguesia era diretamente determinada pelo caráter de suas relações com o proletariado e os camponeses. Não era possível arrastar consigo os operários que a ela se opunham rancorosamente na vida cotidiana e que, muito cedo, aprenderam a dar um sentido mais geral aos seus objetivos. Por outro lado, a burguesia era igualmente incapaz de arrastar as massas camponesas porque estava enredada nas malhas de interesses comuns com os proprietários de terra e porque temiam um abalo da propriedade sob qualquer forma em que se apresentasse. Se, portanto, a revolução russa tardou em rebentar, não foi tão somente por motivo cronológico: a culpa dessa demora cabe também a estrutura social da nação.³⁷

Covarde e completamente “divorciada do povo”,³⁸ a burguesia russa demonstrava a cada nova fase do desenrolar da luta de classes seu caráter essencialmente contrarrevolucionário. Quando da derrubada do czarismo pelas massas em fevereiro de 1917, a burguesia, convocada ao poder pelos mencheviques e socialistas-revolucionários – grupos guiados, é bom lembrar, pela leitura “etapista” de que o poder em uma revolução antiabsolutista (que eles, equivocadamente,

³⁷ *Idem*, p. 29-30.

³⁸ *Idem*, p. 164.

compreenderam à época como uma revolução “democrático-burguesa”, em seu sentido *clássico*) cabia inexoravelmente à burguesia –, mostrou-se completamente incapaz de realizar qualquer tarefa “democrática” significativa. Mantendo o país na guerra imperialista e preservando a propriedade fundiária da aristocracia, a burguesia abriu o caminho revolucionário ao proletariado. Distintamente da trajetória revolucionária das primeiras nações burguesas industriais, a questão do poder colocou-se para a classe trabalhadora sem que antes houvesse ocorrido no país uma “revolução burguesa” propriamente dita:

A revolução de [fevereiro de] 1917 tinha ainda como fim imediato derrubar a monarquia burocrática. Diferenciava-se, entretanto, das antigas revoluções burguesas, pelo fato de o elemento decisivo que se manifestava agora ser uma nova classe constituída sobre a base de uma indústria concentrada, possuidora de uma nova organização e novos métodos de luta. A lei do desenvolvimento combinado se revela agora em sua expressão mais alta: começando por derrubar o edifício medieval apodrecido, a Revolução eleva ao poder, em poucos meses, o proletariado, encabeçado pelo Partido Comunista [Bolchevique].³⁹

Breves considerações finais

Confirmando as antigas previsões de Trotsky, feitas ainda em 1906, foi destinado ao proletariado russo, quando este se assenhoreou do poder em outubro de 1917, realizar as tarefas “democráticas” da história russa. Nesse sentido, e apenas nesse, foi que Trotsky, desde muito tempo, já reconhecera que a revolução a ser realizada na Rússia poderia ser chamada de “burguesa”, dado que suas “finalidades primeiras” encerravam um conteúdo “democrático”, em especial a reforma agrária. Contudo, e é aí que reside todo o fundamento de sua “teoria da revolução permanente”, Trotsky, como vimos, sempre vislumbrou que somente o proletariado, apossando-se do leme do Estado, poderia dar conta das questões “democráticas” deixadas de lado pela burguesia russa, ao mesmo tempo em que seria forçado, pela dinâmica da luta de classes, a empreender, de modo combinado com as tarefas “democráticas”, medidas de caráter “socialista”, como a expropriação dos meios de produção pertencentes à burguesia. Não por acaso, como mencionamos anteriormente, o próprio Lênin reconheceu que foi somente a partir de outubro de 1917, e não a partir de fevereiro do mesmo ano, que a Rússia realizou sua revolução “democrático-burguesa”, isto é, a partir do momento em que no país começou a se edificar um Estado operário por intermédio da combinação de medidas como a reforma agrária e a nacionalização dos bancos e das grandes indústrias.

³⁹ *Idem*, p. 32.

Quando ficou claro que o período de vida do regime da “dualidade de poderes” instituído com a “Revolução de Fevereiro” não passou de um brevíssimo prólogo da tomada do poder pelo proletariado, a história veio a confirmar o prognóstico de Trotsky acerca dos rumos revolucionários de um país *atrasado*; a Rússia, nas suas palavras, “ultrapassou de um salto a democracia puramente formal”.⁴⁰

Por razões óbvias, o exemplo histórico da Revolução Russa orientou as análises de Trotsky referentes aos rumos das lutas de classes nos demais países de desenvolvimento capitalista retardatário. Tendo a vitória dos bolcheviques em outubro de 1917 servido como verificação empírica de suas teses produzidas desde a segunda metade da década de 1900, Trotsky não hesitou em usar e abusar de analogias referentes à história russa em meio a polêmicas com companheiros e adversários sobre o caráter da revolução nos países *atrasados*. Foi nesse sentido que nomes e termos como Kerensky, Kornilov, bolchevismo e menchevismo foram diversas vezes utilizados por Trotsky em seus textos sobre a China, a Espanha, o México etc.⁴¹

Por fim, é importante destacar o fato de que toda argumentação de Trotsky aqui exposta fundava-se na ideia de que o desenvolvimento do capitalismo nas regiões *atrasadas* continha uma historicidade própria (combinando elementos “arcaicos” e modernos), o que contrariava a lógica da repetição das “etapas” do capitalismo europeu *clássico* nos países “coloniais” e “semicoloniais”, tal como apregoava a Internacional Comunista. A forma específica como o capitalismo se apresentava nos países *atrasados* (perpetuando as estruturas arcaicas) não evidenciaria, segundo Trotsky, a alocação destes em algum “estágio” histórico-temporal inferior ao dos países de capitalismo *avançado*. Tal compreensão, por sua vez, alicerçava-se numa perspectiva que compreendia o capitalismo mundial como uma *totalidade* contraditória, e não como uma mera soma de nações (partes) isoladas. Justamente por serem fragmentos integrados dialeticamente em um todo (o capitalismo mundial), as regiões “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam desenvolver a sua história *em separado*, e, portanto, não lhes seria possível superar seu *atraso* passando-se a um “estágio” superior ainda dentro dos marcos do capitalismo. O sistema capitalista, em especial a partir de sua fase imperialista, não deixaria mais espaço para esses desenvolvimentos “autônomos”, impossibilitando que a história das regiões retardatárias repetisse a história das regiões

⁴⁰ *Idem*, p. 33.

⁴¹ Tal fato fez (faz) como que alguns críticos de Trotsky o tenham acusado (acusem) de transplantar mecanicamente a experiência russa para outras localidades dotadas de características distintas daquele país.

pioneiras. Do mesmo modo, o desenvolvimento histórico das nações centrais dependeu e dependia inteiramente das relações estabelecidas com as formações econômico-sociais periféricas. Essa perspectiva *totalizante* de Trotsky era a base de seu internacionalismo, que se opunha frontalmente à teoria do “socialismo num só país” sustentada pelos estalinistas, o que o levava à defesa de posições políticas completamente distintas desses últimos.